

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO/2010

Senhores Acionistas,

O ano de 2010 foi marcado pela forte recuperação econômica do Brasil, e as projeções indicam crescimento de **7,5%** do Produto Interno Bruto - PIB em comparação com 2009. O Brasil deixou para trás a crise que afetou a economia mundial e retomou sua trajetória de desenvolvimento de forma muito rápida e consistente. Quase todos os setores da nossa economia foram beneficiados, em especial o setor portuário.

A movimentação e as receitas portuárias voltaram a crescer na grande maioria dos portos brasileiros, com os portos do Espírito Santo figurando, mais uma vez, na proa deste movimento. O Porto de Vitória aparece na liderança desta retomada, com **crescimento de 41% na movimentação de cargas** - o maior do país. De fato, nenhum dos grandes portos brasileiros teve um aumento tão significativo em importação e exportação de mercadorias, comparado ao ano de 2009.

De janeiro a dezembro passado, os berços administrados pela Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA movimentaram aproximadamente **6 milhões** de toneladas de produtos. O destaque ficou com o segmento de petróleo e gás no Espírito Santo, cujas operações de apoio *offshore* responderam por **18%** da receita portuária. Já os produtos siderúrgicos tiveram um aumento de **74%**: de **100 mil** toneladas em 2009, pularam para **174 mil** no ano passado. A movimentação de mármore e granito, por sua vez, passou de **494 mil** para **571 mil** toneladas, **15,6%** maior que no ano anterior.

A esse expressivo aumento do volume de cargas, soma-se a política comercial mais agressiva adotada pela CODESA que resultou em novos negócios para o porto, com mudança do perfil dos serviços prestados. Isso explica o excelente desempenho econômico-financeiro de 2010, principalmente comparado a 2009. No ano passado a Receita Operacional Bruta da CODESA ultrapassou **R\$ 86 milhões**, um recorde na história da companhia e **22,85%** superior ao observado no ano anterior (**R\$ 70 milhões**). Esse significativo avanço foi possível, sobretudo, devido ao forte crescimento das receitas provenientes dos berços administrados pela Companhia que, sozinhos, responderam por **52,73%** do crescimento da receita da empresa.

Com relação às despesas, a rubrica pessoal e encargos foi a que mais apresentou crescimento, com gastos de **R\$ 3,3 milhões** acima de 2009 (14% a mais). Essa piora foi ocasionada principalmente pela conclusão do programa de demissão incentivada.

Apesar disso, no montante total de despesas houve forte redução em relação ao ano anterior, já que muitas despesas realizadas em 2009 foram excepcionais e não recorrentes, tais como provisões para ações judiciais e despesas tributárias (Programa de Recuperação Fiscal - REFIS e Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - FUNDAF, principalmente).

Esta combinação de receitas maiores e despesas menores redundaram, naturalmente, em significativa melhora no resultado operacional e no resultado líquido do exercício, fazendo com que a CODESA voltasse e apresentasse lucro. O EBITDA (Lucro antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) registrou um expressivo aumento de **139,74%** quando comparado ao exercício de 2009, chegando a **R\$ 12 milhões** em 2010 (**R\$ 5 milhões** em 2009). Já o lucro líquido foi de aproximadamente **R\$ 3 milhões**, um grande avanço quando comparado ao prejuízo de R\$ 30 milhões do ano anterior.

Em relação aos investimentos, a CODESA executou **R\$ 8,5 milhões**, sendo **R\$ 7,3 milhões** com a participação federal e **R\$ 1,2 milhão** em recursos próprios. Estes investimentos concentraram-se em ações voltadas para melhorar as condições da **infraestrutura portuária**, como estudos e projetos de melhoramento operacional, meio ambiente, obras, ações para o Código Internacional para proteção de Navios e Instalações Portuárias - ISPS CODE e manutenção e adequação de bens móveis, imóveis e ativos de informática.

Na área de pessoal, concluímos o processo de renovação do **nosso quadro de pessoal** com a contratação de aprovados em Concurso Público (editado em 2008), e a conclusão do Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário. A Companhia investiu ainda na **capacitação** de funcionários com treinamentos e no programa de Auxílio Educação.

Quanto às ações relacionadas ao meio ambiente, a CODESA deu continuidade ao **cumprimento de condicionantes** referentes às Licenças Ambientais do Cais de Vitória e Capuaba, Terminal Paul Gusa e Terminal de Graneis Líquidos de São Torquato.

Na esfera jurídica, em 2010 a CODESA aprofundou o processo de pagamento de ações trabalhistas já transitadas em julgado, liquidando débitos que vinham sendo parcelados há vários anos, com descontos de até **20%** sobre os valores contabilizados, mediante acordo entre as partes, sancionados pela Justiça. Ao longo do ano foram pagos **R\$ 15 milhões** que permitiram encerrar 34 processos, alguns dos quais se arrastavam há mais de 30 anos. Com isso, a CODESA encerrou o ano de 2010 com o passivo trabalhista controlado e, em termos líquidos, igual a zero. Apesar disso, este tema se mantém como objeto de ressalva no Balanço Patrimonial, já que o trabalho de conciliação de depósitos e passivos judiciais, que se iniciou em 2010, ainda não foi concluído.

A Diretoria Executiva da CODESA, assim, submete aos acionistas o Relatório da Administração e as demonstrações contábeis, na certeza de estar cumprindo as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Portos - SEP, de forma a tornar os portos administrados pela Companhia efetivamente instrumentos de desenvolvimento econômico e social do Espírito Santo e do Brasil.

1. Desempenho Econômico-financeiro

Em 2010, a Receita Operacional Bruta da CODESA totalizou **R\$ 86,19 milhões**. Este resultado é **22,85%** superior ao observado no exercício de 2009, que registrou **R\$ 70,16 milhões**. O crescimento das receitas foi em função, principalmente, do forte crescimento das receitas provenientes dos berços administrados pela Companhia. O faturamento oriundo dos berços operados pela CODESA alcançou **R\$ 33,61 milhões** em 2010, frente a **R\$ 25,16 milhões** em 2009, o que equivale a um acréscimo de **33,59%** e responderam sozinhos por **52,73%** do crescimento total das receitas da Empresa.

O bom desempenho da Receitas Operacionais refletiu diretamente no Resultado Operacional Bruto da Companhia, que, no exercício de 2010, totalizou **R\$ 49,71 milhões**. Ressalta-se que o valor registrado em 2010 foi **R\$ 10,36 milhões** superior ao observado em 2009, e apresentou um crescimento de **26,35%**, mesmo com o impacto negativo referente aos gastos com o PIDV 2009 - Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário.

O EBITDA (Lucro antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização), por sua vez, registrou um significativo aumento de **139,74%** quando comparado ao exercício de 2009 e totalizou **R\$ 12,03 milhões** em 2010, o que demonstra que a CODESA tem capacidade de geração de caixa suficiente para fazer face aos seus compromissos.

O excelente resultado operacional da Companhia permitiu a reversão do resultado líquido, fazendo com que o prejuízo de **R\$ 30 milhões** gerado no ano anterior se transformasse em lucro de **R\$ 2,95 milhões** em 2010.

O quadro abaixo apresenta a evolução dos resultados da Companhia nos últimos cinco anos:

Demonstrações de Resultado da CODESA (2006-2010)								
	2006	2007	2008	2009	2010	Var. (%) 2006 a 2010	Var. (%) 2009 a 2010	
Receita Bruta	60.421.959	59.784.768	80.030.091	70.166.342	86.196.381	42,66%	22,85%	
(-) Deduções	(6.550.953)	(6.177.133)	(9.659.223)	(7.798.646)	(11.099.878)	69,44%	42,33%	
Receita Líquida	53.871.006	53.607.635	70.370.868	62.367.696	75.096.503	39,40%	20,41%	
(-) C.P.V.	(16.619.192)	(18.524.372)	(20.594.243)	(23.026.036)	(25.386.380)	52,75%	10,25%	
Resultado Op. Bruto	37.251.814	35.083.264	49.776.625	39.341.660	49.710.123	33,44%	26,35%	
(-) Desp. Administr.	(26.970.411)	(26.669.280)	(32.811.023)	(38.577.187)	(44.187.445)	63,84%	14,54%	
(-) Desp. Tributárias	(478.802)	(618.151)	(268.614)	(5.574.399)	(1.442.369)	138,59%	-79,51%	
(-) Desp. Trib. Fin. Líquidas	(58.046)	(1.501.184)	(1.409.454)	899.122	223.501	-485,04%	-75,14%	
(-) Desp. c/Prov. Oper.	13.260.593	(5.966.653)	(3.257.645)	(11.985.907)	-	-100,00%	-100,00%	
(+/-) Outr. Rec. / Des. Op.	279.160	1.863.647	236.024	344.298	2.706.869	869,65%	686,20%	
Resultado Operacional	(3.236.877)	2.191.642	12.265.913	(15.552.413)	7.310.680	-325,86%	-147,01%	
(+/-) Var. Mon. At. / Pas.	(2.747.806)	(2.934.953)	(2.506.357)	(15.612.761)	(4.330.676)	57,60%	-72,26%	
(+/-) Rec. / Des. Não Op.	-	-	-	544.949	(24.264)	-	-104,45%	
Lucro Líq. antes IR/CS	(5.984.683)	(743.311)	9.759.556	(30.620.225)	2.955.739	-149,39%	-109,65%	
Lucro ou Prejuízo	(5.984.683)	(743.311)	9.759.556	(30.620.225)	2.955.739	-149,39%	-109,65%	
EBITDA	13.109.078	11.618.610	17.575.103	5.018.930	12.032.566	-8,21%	139,74%	

2. Evolução da Movimentação de Cargas

Fonte: Coordenação Contábil

O Complexo Portuário do Espírito Santo foi, mais uma vez, a **principal rota de entrada e saída de mercadorias do país**. De janeiro a dezembro, a corrente de comércio (soma das exportações e importações) nos portos capixabas totalizou **159.449.484** de toneladas movimentadas, número **18,55%** maior que o resultado de 2009.

Neste contexto, a CODESA teve participação importante na evolução das cargas movimentadas no estado. O total de cargas movimentadas no Porto de Vitória (incluindo movimentação de cabotagem e os terminais arrendados e privativos) alcançou **33.212.517** toneladas em 2010, o que corresponde a **15,35%** de acréscimo quando comparado ao ano de 2009. Destaca-se o crescimento da movimentação dos berços administrados pela CODESA, que apresentou acréscimo de **40,17%** entre 2009 e 2010.

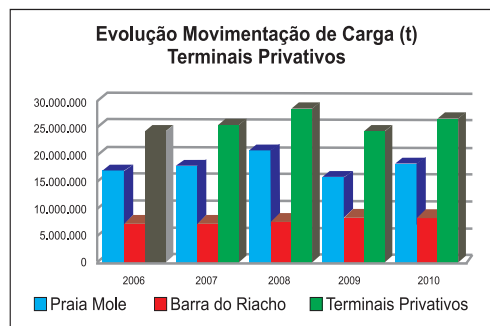
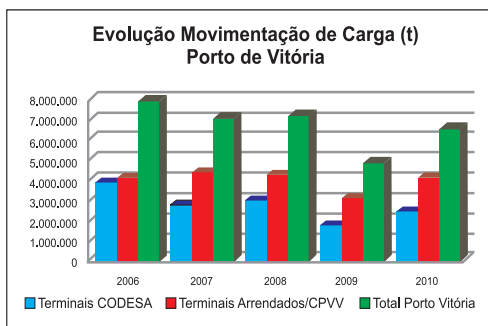
Outra notícia importante foi a retomada do crescimento da movimentação de contêineres. Em 2010 a quantidade de contêineres movimentados no Porto de Vitória apresentou um significativo incremento de **19,52%**, e atingiu a marca de **243.792 TEU's** no ano de 2010.

No comparativo dos últimos cinco anos, a movimentação no Porto de Vitória, no entanto, registrou um decréscimo de **17,53%**. Este resultado deve-se, em grande medida, a redução da movimentação no Cais de Paul, provocada principalmente pela crise econômica mundial que afetou fortemente as exportações brasileiras de ferro gusa. Além disso, entraves jurídicos e alfandegários impediram a movimentação de cargas no Cais de Paul durante vários meses entre 2009 e 2010.

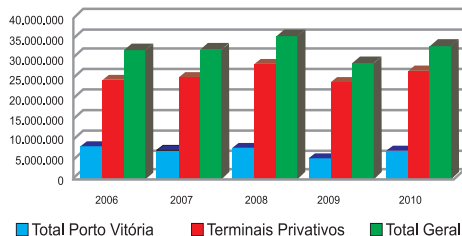
Abaixo, quadro evolutivo da movimentação de carga no Porto de Vitória e nos Terminais Privativos:

Demonstrativo Operacional - Movimentação de Cargas (t)						
Terminal/Cais	2006	2007	2008	2009	2010	Variação (%) 2009-2010
Porto Vitória	7.932.032	7.016.407	7.203.877	4.831.428	6.541.634	35,40%
Terminais CODESA	3.875.349	2.685.626	2.931.692	1.714.582	2.403.282	40,17%
Cais Comercial	629.833	624.885	702.422	348.866	446.170	27,89%
Cais Capuaba	1.594.973	1.574.709	1.386.048	1.250.086	1.948.007	55,83%
Cais Paul-Gusa	1.650.543	486.032	843.222	115.630	9.106	-92,12%
Terminais Arrendados	4.056.683	4.330.781	4.272.185	3.116.846	4.138.352	32,77%
Terminal Vila Velha-TVV	3.329.422	3.290.840	3.258.885	2.436.420	2.910.128	19,44%
Terminal PEIÚ	328.846	648.571	512.453	172.296	686.982	298,72%
Flexibras	40.951	49.343	84.672	68.270	52.215	-23,52%
CPVV	357.464	342.028	416.175	439.861	489.027	11,18%
Terminais Privativos	24.301.434	24.963.931	28.384.118	23.969.789	26.670.881	11,27%
Praia Mole	17.103.130	17.733.413	20.505.163	15.511.868	18.182.822	17,22%
Barra do Riacho	7.198.304	7.230.519	7.878.955	8.457.921	8.488.059	0,36%
Barra do Riacho - Portocel	4.501.508	4.765.658	5.339.355	5.894.350	5.765.508	-2,19%
Barra do Riacho - Barcaças	2.696.796	2.464.861	2.539.600	2.563.572	2.722.551	6,20%
Total Geral	32.233.466	31.980.338	35.587.994	28.801.217	33.212.515	15,32%
Tot. Ger. Contêineres(em TEU's)	250.004	265.318	271.047	203.974	243.792	19,52%

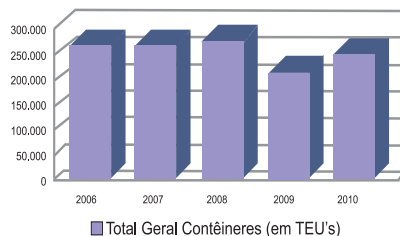
Fonte: Codesa Online



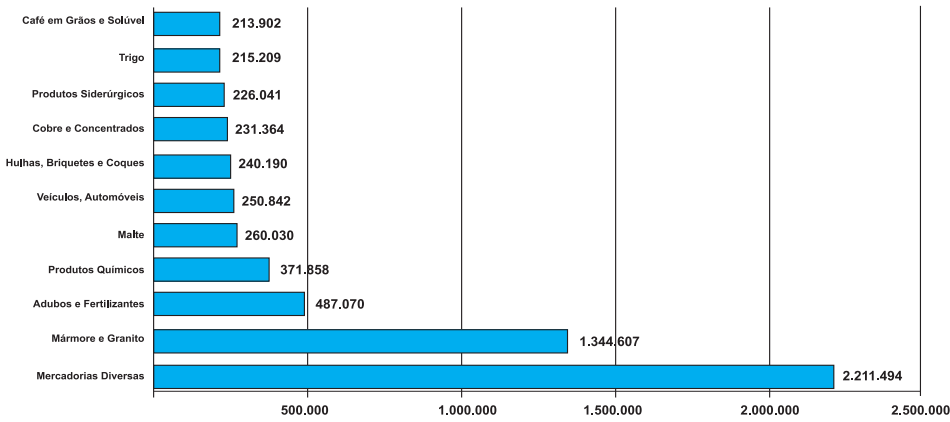
Evolução Movimentação de Carga (t) Total Geral



Evolução Movimentação de Contêineres (TEU's) - Total Geral



Principais Mercadorias - Porto de Vitória Movimentação 2010 (t)



Fonte: Coordenação de Planejamento

3. Desempenho Operacional

Como resultado da política comercial mais agressiva da CODESA, focada no segmento de apoio à **exploração de petróleo e gás offshore** no Estado do Espírito Santo, o Porto de Vitória constituiu-se como importante alternativa para as principais empresas do setor, firmando-se como importante porto de apoio, por meio da implantação de soluções adequadas para suporte a esse dinâmico segmento, com o oferecimento de infraestrutura e serviços especializados para atendimento às mais variadas demandas nas fases de prospecção, perfuração e exploração, entre elas a disponibilidade de berços de atracação; tarifas e condições operacionais diferenciadas; áreas para construção, montagem, estocagem e embarques de mercadorias, suprimentos, peças e equipamentos, água, óleo combustível, lamas, cimentos, entre outros.

Para fazer face à demanda crescente por atracações no Porto de Vitória, foram realizadas melhorias no Sistema de Programação que deram maior agilidade ao trâmite das informações. A disponibilização da Solicitação de Atracação via internet e a visualização em tela única dos navios atracados, na barra e esperados, possibilitaram redução na margem de erro na execução de serviços prestados à comunidade portuária, bem como permitiram um controle ainda mais eficaz na operação de navios no Porto de Vitória.

Além disso, a CODESA atualizou as normas de atracação para o segmento e também estuda a aquisição de *software* específico de controle de embarcações e a instalação de mesa de programação.

As atracações, por sua vez, registraram uma variação positiva de **4,12%** entre 2009 e 2010. Nos terminais administrados pela CODESA houve um aumento de **13,72%** no total de atracações, tendo as embarcações *Supply Boat* apresentado um crescimento de **15,43%** quando comparado a 2009, o que representa **43,11%** do total de atracações realizadas no Porto de Vitória e Terminais Privativos.

Demonstrativo Operacional - Nº Atracações

Terminal	2006	2007	2008	2009	2010	Var. (%) 2006 - 2010	Var. (%) 2009 - 2010
Porto Vitória	2.510	2.696	3.501	3.779	3.932	56,65%	4,05%
Terminais CODESA	491	623	792	977	1.111	126,27%	13,72%
Terminais Arrendados/CPVV	2.019	2.073	2.709	2.802	2.821	39,72%	0,68%
Terminais Privativos	1.207	1.229	1.393	1.321	1.378	14,17%	4,31%
Praia Mole	528	536	618	512	561	6,25%	9,57%
Barra do Riacho	679	693	775	809	817	20,32%	0,99%
Total Geral	3.717	3.925	4.894	5.100	5.310	42,86%	4,12%
Total - Atracações Supply Boat*	1.190	1.196	1.619	1.983	2.289	92,35%	15,43%
% - Supply Boat / Total Atracações	32,02%	30,47%	33,08%	38,88%	43,11%	34,65%	10,87%

*Não considerou Navios de Abastecimento e Pesquisa
Fonte: Codesa Online

3.1 Taxa média de ocupação de berços

Porto de Vitória, 2010

Capuaba			Cais Comercial				Paul	São Torquato
201	202	207	101	102	103	104	905	902
72%	73%	29%	71%	64%	89%	35%	15%	7%

TVV		Peiú	Ilha do Príncipe
203	204	206	906
43%	60%	52%	62%

Fonte: ANTAQ, 2010

3.2 Tempo médio de espera de navios - atracação

Tempo médio de espera de navios
período entre dois valores 01/01/2010 e 31/12/2010

Tempo médio de espera de navios: 13,50h	Tempo de espera (média por Porto)
BARRA DO RIACHO	6,19
CAPUABA	20,66
CIA.PORTUÁRIA DE VILA VELHA - CPVV	16,89
PRAIA MOLE	5,54
TERMINAL ILHA DO PRÍNCIPE - FLEXIBRÁS	9,01
TERMINAL PAUL - CODESA	2,45
TERMINAL PEIÚ	31,98
TERMINAL SÃO TORQUATO	4,87
TERMINAL TVV	16,01
VITÓRIA	10,42

Fonte: Codesa Online

3.3 Relacionamento com Clientes/Mercado

O Porto de Vitória investiu em **Pesquisa de Mercado** para investigar o perfil do seu público-alvo, e para entender melhor as demandas e as percepções dos clientes e usuários do porto. Os resultados dessa ação de marketing apontam uma melhoria na percepção de qualidade dos serviços da CODESA por aqueles que estão envolvidos diretamente nas atividades portuárias, além de destacarem os benefícios da construção de relacionamentos duradouros. A modernização da gestão da empresa foi ponto observado nos relatos. A pesquisa de opinião direciona o porto a trabalhar para divulgar de forma mais eficaz suas atividades, infraestrutura e projetos, além de buscar ser uma porta cada vez mais aberta à comunidade. **Valorizar a imagem** do Porto de Vitória é nosso dever nos anos vindouros.

A implantação de um **sistema para monitoramento do relacionamento com os clientes** (SAC) e uma Ouvidoria serão os próximos passos na aproximação do porto com o mercado, maior transparência e melhoria contínua de processos, serviços, atendimento de demandas e respostas mais rápidas. A empresa já foi contratada e o sistema está sendo ajustado às nossas necessidades para entrar em funcionamento em 2011.

Por intermédio da **participação em Feiras e Eventos** do setor portuário, como a *Vitória Stone Fair* (ES), Intermodal (SP), Feira *Rio Oil and Gas* (RJ), Expoportos (ES) e Seminário SEP de Logística (CE), em que a CODESA esteve presente, o Porto de Vitória pôde estar próximo ao que há de mais moderno no segmento. Nesses eventos, a Companhia deu visibilidade aos serviços prestados e mapeou, **in loco**, o *feedback* de clientes, a atuação de concorrentes e parceiros, e as novas tecnologias em produtos e serviços que serão decisivos para aumentar a competitividade do porto nos próximos anos.

3.3.1 Relações Internacionais

Dando sequência à política de **ampliação de intercâmbio comercial** com o exterior, o Porto de Vitória manteve contatos com portos estrangeiros com o objetivo de atrair investidores para os projetos de expansão da atividade portuária no Espírito Santo. Neste sentido, dirigentes e técnicos da CODESA participaram em missões internacionais organizadas pelo Governo Federal para apresentação de projetos portuários do Brasil, além de receberem comitivas de diversos países representados por autoridades e investidores. Como exemplo, vale citar as missões técnicas realizadas aos portos da Holanda (Rotterdam e Den Helder), Bélgica (Antuérpia, Ghent e Zeebrugge), Escócia (Aberdeen), Noruega (Stavenger) e portos fluviais na Alemanha. Em todas as oportunidades foram mantidos contatos e feitas apresentações sobre as potencialidades do setor portuário do ES com autoridades e investidores locais. Ainda no ano de 2010, ocorreu a associação do Porto de Vitória à AIVP - Associação Internacional de Vilas e Portos, tendo uma comitiva local representando a Companhia no 12º Seminário Internacional de *Ciudades y Puertos*, realizado na Argentina, nas cidades de Buenos Aires e Rosário.

Vale ainda ressaltar o intercâmbio entre **Vitória e Dunkerque**, por meio do qual se pretende incrementar o fluxo de mercadorias transacionadas e permitir a colocação de produtos brasileiros na região norte da França e países vizinhos.

4. Investimentos

A Companhia realizou **R\$ 8,5 milhões** em investimentos, sendo **R\$ 7,3 milhões** com a participação do Governo Federal e **R\$ 1,2 milhão** em recursos próprios. Esse montante propiciou estudos e projetos de melhoramento operacional, meio ambiente, obras, ações para o ISPS CODE e manutenção e adequação de bens móveis, imóveis e ativos de informática.

4.1 Tecnologia da Informação

No desenvolvimento de *softwares*, destacaram-se em 2010: a implantação do novo sistema de **Protocolo Eletrônico** pela *web*, que conferiu agilidade e maior controle no fluxo dos processos; a instalação dos novos **REPs** (Relógio Eletrônico de Ponto), atendendo a legislação brasileira; as **novas funcionalidades do CODESA Online**, como a disponibilização de faturas e boletos online, o que diminuiu sensivelmente o uso das versões impressas, além da possibilidade da entrada de dados de movimentação de cargas dos terminais privados e arrendados pela *internet*. Foi concluído o projeto de controle e manutenção das catracas e cancelas (controle de acesso) e CFTV (Circuito Fechado de Televisão), em atenção ao ISPS Code.

4.2 Infraestrutura Portuária

A companhia investiu principalmente em estudos de estabilidade do talude e do assoreamento de berços de Capuaba, cujo resultado possibilitou a elaboração de **projeto inédito, que permitirá adotar solução diferenciada** na dragagem do local. Desenvolveu também, importante projeto **pleiteado pela comunidade portuária** para reforma da plataforma operacional dos berços 201 e 202, das vias de acesso interno à retroárea e da infraestrutura para pátios e porto.

5. Recursos Humanos

O principal destaque foi a conclusão do processo de **renovação de seu quadro de pessoal**, decorrente de duas ações iniciadas antes: a implementação do Concurso Público (publicado em 2008) com a admissão de 89 novos empregados, sendo 49 Técnicos de Nível Superior - TNS e 40 Técnicos de Nível Médio - TNM e a conclusão do Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário - PIDV/2009 (34 desligamentos em 2009 e 21 em 2010).

A Companhia investiu na **capacitação** de funcionários com treinamentos *in company* realizados em 2010: Sistema de Gestão Portuária por Resultado, a Atividade Portuária, Licitação, Termo de Referência e Gestão de Contratos, Sistema Ronda Ponto e Rubi, Gestão Portuária/SEP/Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Além de mais 73 cursos, contratados no mercado para atender a demandas específicas da empresa. Foram ofertadas um total de **5.851** horas de treinamento, com um investimento de **R\$ 341.276,23**. A Companhia também investiu **R\$ 158.250,93** no programa de **Auxílio Educação**, proporcionando a participação de 56 colaboradores em cursos de graduação e pós-graduação.

6. Meio Ambiente

A CODESA deu continuidade ao cumprimento de condicionantes referentes às Licenças Ambientais dos Cais de Vitória e Capuaba, Terminal Paul Gusa e Terminal de Granéis Líquidos de São Torquato.

O Gerenciamento de Resíduos Sólidos do Porto de Vitória foi implementado no sentido de aprimorar a gestão dos resíduos em toda a área administrativa e operacional da CODESA, diminuindo custos, melhorando a qualidade de vida dos colaboradores e contribuindo para a redução da poluição. Entre as ações de responsabilidade sócio-ambiental adotadas pela empresa estão: a execução de diversos projetos junto às comunidades do entorno do porto, que vão desde programas de educação ambiental, diagnóstico do perfil socioeconômico e comunicação social, a estudos sobre o impacto das atividades de dragagem no ambiente marinho e na qualidade dos pescados. Também se iniciou estudos juntamente com a Prefeitura Municipal de Vila Velha para investimentos na estruturação dos Parques Municipais da Mantegueira e do Penedo.

7. Saúde e Segurança

Num esforço conjunto de todas as áreas envolvidas direta e indiretamente com a atividade operacional, sob coordenação da área de Saúde e Segurança do Trabalho, a Companhia pode comemorar mais uma conquista: em 2010 não houve nenhuma notificação pelos órgãos fiscalizadores (Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA), assim como aconteceu em 2009, somando, portanto, dois anos sem nenhuma autuação na área de segurança do trabalho.

8. Arrendamentos

A CODESA, buscando atender aos pleitos de arrendamentos de áreas e instalações portuárias, constituiu a Comissão Especial para Programas de Arrendamento - CELPA, com o objetivo de coordenar ações para realização das licitações. Para regularizar as instalações existentes, foi atualizado o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento Portuário - PDZP e iniciados novos estudos visando melhor utilização das áreas e instalações operacionais destinadas ao programa de arrendamento. Os Estudos de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental - EVTEAs, que já estavam em andamento, estão sendo readequados em função do novo modelo de inserção de dados, estabelecido pela Resolução 1642 de 10 de março de 2010 da ANTAQ.

9. Fatos Relevantes

9.1 Passivo Judicial

Muitas ações específicas com foco na eliminação do passivo foram implementadas nos últimos anos e, particularmente, intensificadas em 2010. Com uma política de conciliação em parceria com a Justiça do Trabalho e também com ações administrativas internas, levadas a efeito na área de medicina e segurança do

trabalhador e correção de distorções em cálculos de direitos trabalhistas, gerou-se o declínio de processos judiciais novos.

Em 2010 a CODESA iniciou trabalho de conciliação entre os números registrados no seu balanço patrimonial referentes às demandas judiciais em que a Companhia é parte. Este trabalho consiste em avaliações quantitativas e qualitativas dos processos, auditoria financeira para verificação de depósitos judiciais já efetuados, recursos bloqueados, liberação de alvarás e transferências financeiras entre processos, além de verificação de penhoras de bens da CODESA.

9.2 Porto Sem Papel

Em maio de 2010 o Porto de Vitória iniciou, com um treinamento de vários colaboradores, os procedimentos de implantação do Sistema Porto Sem Papel - PSP, desenvolvido pela Secretaria de Portos da Presidência da República - SEP/PR e pelo Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO. O PSP visa à integração computacional de comunicação entre os diversos portos brasileiros e órgãos de fiscalização e controle que atuam nesses portos. Além disto, a padronização dos procedimentos de registro de dados de subprocessos comuns a todos os portos brasileiros em uma única base de dados em rede virtual é uma das vantagens do sistema.

A previsão é de que até o final do ano de 2011, o PSP seja implantado para uso e fornecimento de anuências em todas as requisições realizadas pelas agências de navegação para as estadias de navios no Porto de Vitória.

10. Agradecimentos

Em reconhecimento aos resultados alcançados como consequência de ações concretas e do comprometimento de todos os empregados e do empenho, apoio e profissionalismo recebidos dos atores portuários com os quais nos relacionamos, gostaríamos de manifestar nossos sinceros agradecimentos aos nossos acionistas, aos Senhores membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Conselho de Autoridade Portuária, aos nossos fornecedores e clientes, aos nossos Governos Municipais, Estadual e Federal e demais autoridades, às Agências Reguladoras, Sindicatos de Classe e aos Agentes do Setor Portuário.

Vitória, 25 de Fevereiro de 2011.

Angelo José de Carvalho Baptista - Diretor Presidente

Daniilo Roger Marçal Queiroz - Diretor de Planejamento e Desenvolvimento

Hugo José Amboss Merçon de Lima - Diretor de Infraestrutura e Operações

Sandra Sarmento Aragão Pelissari - Diretora de Administração e Finanças

Rouzenberg de Souza Lugo - Secretário dos Conselhos

Aprovado na 1357ª reunião ordinária da Diretoria Executiva - DIREXE e na 1368ª do Conselho de Administração - CONSAD.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

I - BALANÇO PATRIMONIAL (Em R\$)

ATIVO	2010	2009	PASSIVO	2010	2009
01 - CIRCULANTE	75.337.208	83.988.076	01 - CIRCULANTE	22.762.228	26.224.396
.CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	56.767.865	61.285.368	.OBRIGAÇÕES VENCÍVEIS A CURTO PRAZO	22.762.228	26.224.396
.CAIXA	1.386	2.274	.EMPRESTIMO BNDES	1.550.500	1.550.500
.BANCOS C/ MOVIMENTO	42.221.359	43.866.761	.INSS/REFIS	922.889	922.889
.APLICACOES FINANCEIRAS	14.545.120	17.416.333	.FONECEDORES DE BENS E SERVICOS	1.124.036	1.529.731
.CONTAS A RECEBER	18.226.773	22.379.201	.OBRIGACOES FISCAIS E TRABALHISTAS	3.888.792	3.663.866
.DEVEDORES P/TAXAS PORTUARIAS	12.209.685	14.591.520	.PORTUO (ACORDO PARCELAMENTO)	1.070.500	1.070.500
.INSS CONVENIOS A EMPREGADOS	67.197	70.737	.FERIAS, 13º SALARIO E ENCARGOS A PAGAR	2.990.793	2.515.714
.ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS	1.445.804	694.859	.DEPOSITOS E GARANTIA TAXAS PORTUARIAS	5.650.761	5.893.626
.IMPOSTOS A RECUPERAR	3.976.412	6.621.971	.CREDORES POR DEPOSITOS CAUCIONADOS	292.600	253.200
.ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	527.675	400.114	.ADICIONAL POR TARIFA PORTUARIA (UNIAO)	0	214.156
.ESTOQUE	34.898	24.288	.PROVISAO PARA ACOES JUDICIAIS	4.149.579	8.300.000
.ALMOXARIFADO	34.898	24.288	.OUTRAS EXIGIBILIDADES	1.121.778	310.215
.DESPESAS APROPRIAVEIS ATÉ O EXERC. SEGUINTE	307.673	299.218	02 - NÃO CIRCULANTE	105.410.019	119.064.670
.SEGUROS	267.535	266.576	.OBRIGACOES EXIGIVEIS APÓS O EXERC. SEGUINTE	105.410.019	119.064.670
.ASSINATURAS DE JORNAIS E REVISTAS	10.902	6.191	.EMPRESTIMO BNDES	3.938.405	4.686.763
.DESPESAS COM ALIMENTACAO	0	0	.INSS/REFIS	31.805.112	29.092.137
.VALE TRANSPORTE	29.237	26.451	.PORTUO (ACORDO PARCELAMENTO)	11.077.076	10.992.752
.REALIZAVEL A LONGO PRAZO	149.811.466	154.161.980	.PROVISAO PARA ACOES JUDICIAIS	12.580.114	25.373.591
.REALIZAVEL A LONGO PRAZO	44.624.102	49.804.453	.OUTROS CREDORES	4.009.312	5.042.427
.DEPOSITOS ISS, USUARIOS C/LIMINAR	44.379.140	49.782.706	.RECEITAS DE ARRENDAMENTOS (diferida)	42.000.000	44.000.000
.DEPOSITOS ISS, USUARIOS C/LIMINAR	142.879	21.746	03 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	96.976.427	92.860.988
.DEVEDORES POR TAXAS PORTUARIAS	103.082	0	.CAPITAL SOCIAL REALIZADO	164.192.676	137.431.177
.INVESTIMENTOS	111.708	110.209	.CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	164.192.676	137.431.177
.INCENTIVOS FISCAIS	13.540	13.540	(-) CAPITAL SOCIAL A INTEGRALIZAR	0	0
.OUTROS INVESTIMENTOS	98.168	96.669	.RESERVA DE CAPITAL	2.183.448	26.468.411
.IMOBILIZADO	104.580.701	103.749.626	.CREDITOS DE ACOE PARA AUMENTO DE CAPITAL	2.183.448	26.468.411
.BENS MOVEIS	19.455.763	18.814.497	.OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	0	0
(-) DEPRECIACAO ACUMULADA	-15.801.187	-15.710.989	.AJUSTE DE AVALIACAO PATRIMONIAL	0	1.316.837
.BENS IMOVEIS	137.559.472	115.054.816	.AJUSTE DE AVALIACAO PATRIMONIAL	0	1.316.837
(-) DEPRECIACAO ACUMULADA	-50.012.511	-46.609.256	.PREJUIZOS ACUMULADOS	-69.399.698	-72.355.437
.IMOBILIZACOES EM CURSO	13.379.195	32.209.358	.PREJUIZOS ACUMULADOS	-69.399.698	-72.355.437
.INTANGIVEL	319.873	263.348	TOTAL DO PASSIVO (01+02+03)	225.148.674	238.150.055
.SOFTWARE	1.508.613	1.502.838			
.DIREITO DE USO - LINHAS TELEFONICAS	2.437	2.437			
.PROJETOS E DESENVOLVIMENTOS	82.200	0			
(-) AMORTIZACOES ACUMULADAS	-1.273.438	-1.241.928			
.DIFERIDO	175.142	234.345			
.TREINAMENTO PROFISSIONAL ISPS CODE	296.014	296.014			
(-) AMORTIZACAO ACUMULADA	-120.873	-61.670			
TOTAL DO ATIVO (01+02)	225.148.674	238.150.055			

II - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 - (Valores expressos em reais - R\$)

	2010	2009		2010	2009
01. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	75.096.503	62.367.696	4.3. DESPESAS COM PROVISÕES OPERACIONAIS	0	11.985.907
02. CUSTOS DOS SERVIÇOS PORTUÁRIOS	25.386.380	23.026.036	.PROVISÃO PARA AÇÕES JUDICIAIS	0	11.985.907
2.1. DESPESAS COM OPERAÇÃO PORTUÁRIA	21.112.544	18.608.738	4.4. RECEITAS EVENTUAIS/OUTROS GANHOS	2.706.869	344.298
.PESSOAL	7.156.119	7.157.621	.OUTRAS RECEITAS	2.706.869	344.298
.ENCARGOS	2.963.248	2.746.210	05. RESULT.ANTES DAS REC. E DESPESAS FINANCEIRAS	7.087.178	55.793.194
.MATERIAIS	167.420	20.523	06. RECEITAS FINANCEIRAS	1.505.938	2.283.434
.SERVIÇOS DE TERCEIROS	5.713.682	4.001.938	.JUROS RECEBIDOS OU INCORRIDOS	178.635	144.952
.MÃO-DE-OBRA SUPLETIVA	1.975.238	1.423.564	.DESCONTOS OBTIDOS	32.114	0
.DEPRECIACOES DIRETAS	3.136.836	3.258.882	.JUROS SOBRE TRIBUTOS A RECUPERAR	0	0
2.2. DESPESAS COM CONSERVAÇÃO PORTUÁRIA	4.273.835	4.417.297	.RECETA DE APLICACOES FINANCEIRAS	1.295.188	2.138.483
.PESSOAL	2.440.538	2.405.934	07. DESPESAS FINANCEIRAS	1.282.436	1.384.312
.ENCARGOS	1.049.099	1.023.145	.JUROS PAGOS OU INCORRIDOS	1.235.862	1.343.931
.MATERIAIS	369.199	488.662	.OUTRAS DESPESAS	46.575	40.381
.SERVIÇOS DE TERCEIROS	372.110	454.999	08. RESULT.OPER. ANTES DAS VARI. MONET. (05+06-07)	7.310.680	-15.552.411
.DEPRECIACOES	42.889	44.558	09. VARIACOES MONETARIAS ATIVAS	534.038	357.885
03. RESULTADO OPERACIONAL BRUTO (01-02)	49.710.123	39.341.660	10. VARIACOES MONETARIAS PASSIVAS	4.864.715	15.970.246
04. DESPESAS (RECEITAS) OPER. COMPLEMENTARES	42.622.945	58.894.072	.CREDITOS DE ACIONISTAS	1.424.645	311.764
4.1. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	44.187.445	53.577.187	.EMPRESTIMOS-BNDES/TESOURO NACIONAL	637.095	493.842
.PESSOAL	19.726.195	17.461.250	.INSS/REFIS	2.802.975	15.164.640
.ENCARGOS	6.801.145	5.739.124	11. RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO (08+09-10)	2.980.003	-31.165.172
.MATERIAIS	462.213	317.512	12. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)	24.264	544.949
.SERVIÇOS DE TERCEIROS	14.842.051	13.261.765	.RESULTADO NA ALIENACAO DE IMOBILIZADO	24.264	544.949
.DEPRECIACOES INDIRETAS	517.630	537.769	13. RESULT. LÍQ. ANTES DA CONTRIB. SOCIAL (11+12)	2.955.739	-30.620.223
.OUTRAS DESPESAS NÃO DEDUTÍVEIS	22.100	110.878	14. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	0	0
.ORÇÁOS COLEGIADOS	273.909	232.033	15. RESULTADO LÍQ. APÓS CONTRIB.SOCIAL (13-14)	2.955.739	-30.620.223
.PERDA NO RECEBIMENTO DE CRÉDITOS	0	2.260	16 . PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA	0	0
.OUTROS ENCARGOS ADMINISTRATIVOS	1.436.540	845.645	17. RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (15-16)	2.955.739	-30.620.223
.AMORTIZACAO DO INTANGIVEL	105.663	68.949	a) Atribuído aos sócios não controladores	16.147	0
4.2. DESPESAS TRIBUTARIAS	1.142.369	5.574.399	b) Atrib. aos detent. do cap. próprio da empr. controlad.	2.939.592	0
.CONTRIBUIÇÃO SINDICAL PATRONAL	5.368	5.368	18. LUCRO/PREJUÍZO POR LOTE DE 1000 AÇÕES	20.980	-217.343
.IPTU	263.358	221.511			
.IMPOSTOS E TAXAS DIVERSAS	15.373	2.579			
.IMPOSTO S/SERVICOS	8.323	0			
.CPMF	0	0			
.PASEP SOBRE OUTRAS RECEITAS	36.517	34.043			
.IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	4.575	4.575			
.COFINS SOBRE OUTRAS RECEITAS	168.199	156.805			
.IOF SOBRE OUTRAS RECEITAS	0	2.287			
.I.R. RF	235	42			
.LICENCIAMENTO AMBIENTAL	8.142	0			
.ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO	3.668	0			
.FUNDAF	628.560	5.147.187			
.COSIRF/SRF	50	0			

(As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis)

DEMONSTRATIVO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Valores expressos em reais - R\$)

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2010	2009	FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	2010	2009
Lucro (Prejuízo) Líquido	2.955.739	-30.620.223			
Ajustes para Reconciliar o Lucro Líq. com Caixa Líquido....	0	0	Aquisição de bens do ativo imobilizado.....	(4.324.529)	-1.711.303
Aplicado/Obtido nas/das Atividades Operacionais:.....	0	0	Aquisição de bens do ativo Intangível.....	(87.975)	0
Depreciação e amortização.....	3.584.167	3.910.158	Recebimento por venda de bens do imobilizado.....	0	810.945
Ajustes de Exercícios Anteriores.....	0	223.983	Recebim. de dividendos de investim. permanentes	(1.500)	-1.412
Provisão para contingências.....	(16.943.898)	-2.825.730	Aumento nos gastos diferidos.....	0	0
Prejuízo (lucro) na venda de bens do imobilizado.....	0	-544.949	Caixa líq.obtido/(aplic.) nas/das ativid. de investim.....	-4.414.004	-901.770
Variação Monetária de Crédito Acionistas.....	1.159.700	311.764			
Aumento (diminuição) das contas dos grupos do ativo e passivo circulantes e não circulantes:			FLUXOS DE CAIXA DAS ATIV. DE FINANCIAMENTO		
Duplicatas a receber.....	4.152.428	-9.265.634	Variações Empréstimos.....	(748.358)	-963.967
Despesas antecipadas.....	(8.455)	-244.883	Aumento de capital pela emissão de novas ações.....	0	25.099.845
Estoques.....	(10.610)	3.342	Caixa líquido obtido das atividades de financiamentos....	-748.358	24.135.878
Outros créditos curto e longo prazo.....	5.180.351	-12.893.386			
Fornecedores.....	(405.695)	575.369	AUM. (DIMIN.) LÍQ.NO CAIXA E CAIXA EQUIVALENTES...	-4.517.503	42.062.129
Impostos a recolher.....	224.926	-190.281			
Salários e encargos sociais.....	475.079	268.626	CAIXA E CAIXA EQUIV. EM 1 DE JAN.DE 2010 e 2009....	61.285.368	19.223.239
Receitas Diferidas.....	(2.000.000)	44.000.000			
Outros débitos/contas a pagar - curto e longo prazo.....	2.281.126	26.119.864	CAIXA E CAIXA EQUIV. EM 31 DE DEZ.DE 2010 e 2009...	56.767.865	61.285.368
Caixa líq.obtido/(aplic.) das/nas ativid. operacionais.....	644.859	18.828.021			

(As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis)

IV - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Em R\$)

DETALHAMENTO	CAPITAL REALIZADO	RESERVA DE CAPITAL	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCRO (PREJUÍZOS) ACUMULADO	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDOS EM 31/12/2008	133.893.365	5.911.452	0	-41.959.197	97.845.620
AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL (AGE 2009)	3.537.812	-3.537.812	0	0	0
TRANSFERÊNCIA DO SALDO DE AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	0	-1.316.837	1.316.837	0	0
CRÉDITOS DE ACIONISTA PARA AUMENTO DE CAPITAL	0	25.099.845	0	0	25.099.845
VARIAÇÃO MONETÁRIA DE CRÉDITOS DE ACIONISTAS	0	311.764	0	0	311.764
AJUSTES DE EXERCÍCIOS	0	0	0	223.983	223.983
RESULTADO DO EXERCÍCIO/2009	0	0	0	-30.620.223	-30.620.223
SALDOS EM 31/12/2009	137.431.177	26.468.411	1.316.837	-72.355.437	92.860.988
AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL (AGE 2010)	26.761.499	-25.444.662	-1.316.837	0	0
TRANSFERÊNCIA DO SALDO DE AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	0	0	0	0	0
VARIAÇÃO MONETÁRIA DE CRÉDITOS DE ACIONISTAS	0	1.159.699	0	0	1.159.699
RESULTADO DO EXERCÍCIO/2010	0	0	0	2.955.739,29	2.955.739
SALDOS EM 31/12/2010	164.192.676	2.183.448	0	-69.399.698	96.976.427

(As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis)

V - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DE 2010 E 2009 - (Valores expressos em reais - R\$)

RESULTADO NO PERÍODO	2.955.739	2009	-30.620.223
Itens Reconhecidos Diretamente na Demonstração do Resultado Abrangente			
Realização de Reservas de Reavaliação			
Ativos Disponíveis para Venda			
Ganhos (Perdas) Levados ao Patrimônio Líquido			
(Ganhos) Perdas Transferidos para o Resultado			
RESULTADO ABRANGENTE NO PERÍODO	2.955.739		-30.620.223

(As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis)

NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2010 - (EM R\$)

NOTA 1 - CONTEXTO DA COMPANHIA

A Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA é uma sociedade de Economia Mista Federal, vinculada a Secretaria Especial de Portos da Presidência da República, dotada de personalidade jurídica de direito privado, regida pela Lei 6.404/76 - que trata das sociedades por ações, e em especial, pela Lei 8.630/93 - que trata do regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias. Tem por objeto social, em harmonia com os planos, programas e orientações do órgão vinculador, exercer as funções de Autoridade Portuária previstas na referida legislação portuária, administrar e explorar comercialmente os portos organizados de Vitória, Praia Mole e Barra do Riacho e demais instalações portuárias localizadas no Estado do Espírito Santo, que lhe forem incorporadas, registrada na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo, Brasil.

NOTA 2 - ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando aplicável. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação. As demonstrações financeiras da CODESA foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e as suas respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicáveis, conforme descrito na nota 21.

Dentre as principais alterações promovidas pela Lei, destacamos:
Introdução do conceito de Ajuste a Valor Presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo;
• Reclassificação do ativo em dois grandes grupos conforme determinação dos art. 178, 179 e 180, o Ativo Circulante e Ativo não Circulante. No Ativo não Circulante passou a contemplar uma nova estrutura composta pelos subgrupos: Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado e Intangível;
• O subgrupo "Intangível" inclui, formalmente, os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados a manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade;

• O ativo imobilizado passa a incluir os bens decorrentes de operações em que há transferência de benefícios, controle e risco, independentemente de haver transferência de propriedade;

• O ativo diferido deixa de existir, porém como consta na própria legislação, o saldo existente em 30 de junho de 2009 no ativo diferido que, pela sua natureza, não puder ser alocado a outro grupo de contas, poderá permanecer no ativo sob essa classificação até sua completa amortização;

• Obrigatoriedade de análise periódica para verificar o grau de recuperação dos valores registrados nos subgrupos, investimentos, imobilizado e intangível.

NOTA 03 - PRÁTICAS CONTÁBEIS PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios sendo a receita de serviços prestados reconhecida no resultado em função de sua realização.

b) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis é realizada em conformidade com as práticas adotadas no Brasil que requerem por parte da Administração o uso do julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando aplicável. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados e outras provisões. Os valores definitivos dessas transações que envolvem tais estimativas somente são conhecidos na sua liquidação sendo que maior detalhamento a respeito da aplicação dos CPC's constam da Nota 21.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela empresa para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. (Nota 04)

d) Estoques - Compreende, principalmente, materiais de consumo avaliados ao custo médio ponderado de aquisição, não excedente ao valor de mercado;

e) Seguros - A companhia possui seguros destinados à cobertura de seus bens de valores relevantes. A administração julga serem os montantes suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros;

f) Provisão de Férias - A provisão para férias e seus respectivos encargos estão calculados em função dos direitos adquiridos até a data do balanço;

g) Empréstimos - Contemplam encargos financeiros e variações monetárias apropriadas no resultado do exercício até a data do balanço patrimonial, conforme mencionado na nota nº 07.

h) Despesas Antecipadas

Correspondem às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no ativo de acordo com o princípio da competência. Esse grupo de contas é representado, basicamente, pelas despesas com assinaturas de jornais e revistas, impostos como IPTU, seguros, entre outros, conforme Nota 17.

i) Outros ativos e passivos

Os ativos foram demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base "pro-rata" dia) auferidos e provisão para perda, quando julgada necessária.

Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base "pro-rata" dia).

j) Ativo permanente

Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição atualizado monetariamente até 31 de dezembro de 1995, retificados por provisões para perdas julgadas pela administração e quando aplicável, de acordo com as normas vigentes. (Nota 7)

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição atualizado monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da respectiva depreciação, calculada pelo método linear, sobre o custo corrigido, com a utilização das seguintes taxas anuais:

Especificação Percentual

Imóveis de uso - Edificações	4 %
Instalações	10%
Móveis e utensílios	10%
Veículos	20%
Máquinas e aparelhos	10%
Computadores e Periféricos	20%

O diferido é constituído por gastos com treinamento profissional - ISPS CODE. A amortização é calculada pelo método linear à taxa anual fixa de 20%.

k) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são avaliadas periodicamente.

l) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade e a Lei 6.404/76, adotamos o critério de levantamento e parecer da gerência Jurídica sempre em consonância com a Administração da Companhia; e, quando considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e, quando os montantes envolvidos para serem mensuráveis com suficiente segurança, são quantificados e classificados quando da citação/notificação judicial.

m) Obrigações

As obrigações são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e as variações monetárias incorridas e deduzidos das correspondentes despesas, quando aplicável.

n) Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A partir de 1º de maio de 2008, a contribuição social sobre o lucro antes do imposto de renda é calculada considerando a alíquota de 9%.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	2010	2009
- Caixa	1.386,16	2.273,39
- Bancos c/ Movimento	42.221.358,84	43.866.760,94
- Aplicações Financeiras	14.545.119,50	17.416.333,34

NOTA 05 – CLIENTES

Descrição	2010	2009
-Contas a Receber	4.043.608,93	6.692.707,75
-Devedores Diversos	527.675,44	400.113,54
-Adiantamentos Diversos	1.445.804,01	694.859,18
-Devedores p/taxas Portuárias	12.209.684,54	14.591.520,42

NOTA 06- IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR**a) Impostos e Contribuições a Recuperar**

Descrição	2010	2009
-Imp.de Renda Pessoa Jurídica-IRPJ	549.635,04	127.307,89
-Contribuição Social S/Lucro Líquido-CSLL	60.158,65	23.295,02
-Contribuição p/Fin.Seg.Soc.-COFINS	-0-	14.773,23
-Pr.For.do Pat.do S.Púb.-PASEP	-0-	3.200,87
-Contribuição Soc.S/L.Liq.-Ret.lei 9430	-0-	568.845,46
-IRRF - Retenção lei 9430	-0-	2.730.458,27
-IRRF - Aplicações Financeiras	-0-	404.605,52
-INSS - PROCESSO REFIS	2.981.682,35	2.735.794,78
TOTAL	3.691.476,04	6.608.281,04

b) Depósitos e Bloqueios Judiciais

Há depósitos e bloqueios de recursos financeiros da Companhia, na Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, em razão de determinação da Justiça do Trabalho, objetivando resguardar futuras decisões das demandas em curso. Partes desses valores são liberados para os reclamantes em processos trabalhistas e outra parte permanece depositada em conta judicial, a qual a CODESA não tem acesso. Relativamente aos valores liberados aos reclamantes, são emitidos alvarás pela justiça, sendo esses documentos registrados na contabilidade, proporcionando a baixa dos bloqueios e aproveitamento da provisão constituída. Os saldos constantes na rubrica de realizado a longo prazo, foram apurados com base em lançamentos relativos a processos trabalhistas apresentados na contabilidade e devidamente arquivados. Conforme decisão judicial, os bloqueios correspondem aos percentuais sobre a receita recebida pela CODESA, sendo no percentual de 10%, conforme Ofício da 13ª Vara do Trabalho de Vitória de número 173/2008, durante todo o exercício de 2010. No decorrer do exercício de 2010, foi bloqueado, nas contas bancárias da Companhia o valor de R\$ 8.223.673,74, relativo a penhora trabalhista, e baixado o valor de R\$ 14.625.400,32, relativo quitação de processos trabalhistas e R\$ 233.998,88 junto a CEF relativamente a Depósitos Recursais.

Para os acompanhamentos dos processos judiciais, a CODESA contratou, na forma do disposto na Lei 8.666/93, as seguintes Empresas:

Felipe & Almeida Central de Serviços Jurídicos
Luciano Kelly do Nascimento Advogados Associados

NOTA 7 – IMOBILIZADO INTANGÍVEL E DIFERIDO

Descrição	2010	2009
Bens Móveis	3.654.576,04	3.103.508,19
Administrativos	2.547.820,55	2.353.508,09
Operacionais	16.907.942,35	16.460.988,77
Depreciações Acumuladas	(15.801.186,86)	(15.710.988,67)
Bens Imóveis	87.546.960,69	68.445.560,05
Edificações	5.139.310,35	4.727.517,79
Instalações	4.940.847,39	3.176.759,60
Operações	116.031.920,49	95.703.144,79
Depreciações Acumuladas	(50.012.511,16)	(46.609.255,75)
Terrenos	11.447.393,62	11.447.393,62
Imobilização em Curso	13.379.164,52	32.200.557,87
Intangível	319.812,69	263.347,73
Intangível	1.593.250,81	1.505.275,73
Amortizações Acumuladas	(1.273.438,12)	(1.241.928,00)
Diferido	175.141,69	234.344,64
Diferido	296.014,40	296.014,40
Amortizações Acumuladas	(120.872,71)	(61.669,76)
TOTAL	105.075.655,63	104.247.318,52

MOVIMENTAÇÃO DAS CONTAS NO EXERCÍCIO DE 2010

C O N T A S	SALDO 31/12/2009	ADIÇÕES NO ANO	AJUSTES NO ANO	TRANSF.ENTRE CONTAS	BAIXAS NO ANO	SALDO EM 31/12/2010
IMOBILIZADO						
BENS MÓVEIS	2.353.508,09	213.185,12	-	-	-18.872,66	2.547.820,55
BENS MÓV.OPER.	16.460.988,77	173.838,55	-	680.483,73	-207.684,86	17.107.626,19
BENS IMÓVEIS	19.351.671,01	-	-	2.175.880,35	-	21.527.551,36
BENS IMÓV.OPER.	95.703.144,79	23.715,94	-	20.187.575,92	-	115.914.436,65
IMOB. EM CURSO	32.200.557,87	4.244.014,55	-	-23.065.407,90	-	13.379.164,52
TOTAL	166.069.870,53	4.654.754,16	-	-21.467,90	-226.557,52	170.476.599,27
DEPRECIÇÃO						
BENS MÓVEIS	1.557.763,52	100.847,93	-	-	-16.985,41	1.641.626,04
BENS MÓVEIS OPER.	14.153.225,12	212.656,18	-	-	-206.320,48	14.159.560,82
BENS IMÓVEIS	5.005.407,60	245.133,96	-	-	-	5.250.541,56
BENS IMÓV./OBRAS	25.819.235,56	1.060.409,86	-	-	-	26.879.645,42
BENS IM.OPERAC.	15.784.612,59	2.097.711,59	-	-	-	17.882.324,18
TOTAL	62.320.244,39	3.716.759,52	0,00	0,00	-223.305,89	65.813.698,02
INTANGÍVEL						
INTANGÍVEL	1.505.275,73	5.775,08	-	-	-	1.511.050,81
DIFERIDO						
DIFERIDO	296.014,40	-	-	-	-	296.014,40
AMORTIZAÇÃO						
INTANGÍVEL	1.241.928,00	70.982,70	-	-	-39.472,58	1.273.438,12
DIFERIDO	61.669,75	59.202,96	-	-	-	120.872,71
TOTAL	1.303.597,75	130.185,66	-	-	-39.472,58	1.394.310,83

A conta Imobilizações em Curso contempla bens em formação que, após suas conclusões, serão transferidos para as subcontas específicas do Imobilizado, passando assim a serem depreciados. No exercício de 2010 realizamos um levantamento nesta Rubrica e baixamos o montante de R\$ 23.043.940,00 de bens que possuíam o termo definitivo de entrega.

Cabe ressaltar que alguns bens do Imobilizado encontram-se penhorados por determinação judicial, objeto de demandas em curso e que os reflexos pela aplicação do CPC 01 e 27 estão em fase de elaboração conforme mencionado na Nota 21.

NOTA 8 – EMPRÉSTIMOS

Contrato Particular de Cessão de Crédito nº 98.2.288.8.1, celebrado entre a CODESA e o BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Social em 23/06/1998, foi renegociado através do Aditivo nº 01 de 12/05/2006, com amortização do saldo devedor em 48 parcelas trimestrais e 144 mensais a partir de junho de 2006, reajustando pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, observando a sistemática prevista, acrescido de juros de 3% ao ano, tendo como garantia os direitos de crédito decorrentes do Contrato de Arrendamento celebrado com o TVV - Terminal de Vila Velha S/A, para exploração dos berços 203, 204 e 205 do Cais de Capuaba.

Descr.	2010		2009	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
BNDES	1.550.500,00	3.938.405,08	1.550.500,00	4.686.762,96
Totais	1.550.500,00	3.938.405,08	1.550.500,00	4.686.762,96

NOTA 9 – OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRABALHISTAS:

A Companhia fez um levantamento do seu passivo tributário junto à Fazenda da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, tendo em vista que, em 2007, foi excluída do REFIS, inclusive também fez levantamento dos débitos em atraso do FUNDAF - Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização, aplicável a Receita Federal, para a adesão a Lei 11.941/09, sendo que está aguardando a homologação de todas as dívidas administradas por aquele órgão, conforme estabelece a lei do novo REFIS, que trata do parcelamento dos débitos.

As obrigações relacionadas ao PORTUS - Instituto de Seguridade Social, relativas à RTSA - Reserva de Tempo de Serviço Anterior, foram pagas mensalmente, conforme contrato em vigor:

Descr. das Obrigações	2010		2009	
	Cur. Prazo	Lon. Prazo	Cur. Prazo	Lon. Prazo
INSS/NOVO				
REFIS.....	922.888,68	31.805.111,87	922.888,68	29.002.136,89
PORTUS /				
RTSA.....	1.070.500,00	11.077.076,26	1.070.500,00	10.959.752,04
FUNDAF.....	0	4.009.311,85	0	5.042.247,05
Totais.....	1.993.388,68	46.891.499,98	1.993.388,68	45.004.315,98

NOTA 10 - ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia é uma das patrocinadoras do PORTUS, entidade de suplementação de benefícios para seus filiados, tem o compromisso de contribuir mensalmente com parcelas proporcionais à paridade contributiva entre Patrocinadoras e Participantes, cuja contribuição está respaldada na Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998. No exercício de 2010, a Companhia contribuiu com a importância de R\$ 1.748.816,83 e os participantes em R\$ 1.039.297,18. Em janeiro de 2005, foi assinado pela Companhia com o PORTUS, acordo para pagamento da participação relativa à RTSA, correspondente ao tempo de serviços prestados pelos empregados quando da adesão da CODESA ao plano de pensão, no montante de R\$ 11.349.728,79, dividido em 240 mensais e sucessivas, no valor de R\$ 80.279,24, corrigidas mensalmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, acrescidas de juros de 6% ao ano, correspondendo em 31/12/2010, o montante atualizado em R\$ 12.147.576,26

NOTA 11 - PROVISÃO PARA AÇÕES JUDICIAIS

Em sintonia com o propósito de convergência contábil preconizado pela Lei nº 11.638/2007, a CODESA anualmente procede à revisão do montante dos processos judiciais em andamento, portanto foi mantido o valor de R\$ 16.729.692,92, até que se conclua o estudo e detalhado dimensionamento do passivo judicial de acordo com o contrato 090/2010, firmado com o escritório contratado para o equiponamento das ações judiciais conforme discriminado abaixo:

DEMONSTRATIVO DA MOVIMENTAÇÃO DAS CONTAS		
	2010	2009
Saldo anterior	33.673.590,78	36.499.320,38
Recebimento de Alvarás	2.960,00	164.930,51
Baixas de Alvarás	16.946.857,86	14.976.567,45
Provisão P/ Novas contingências	0,00	11.985.907,34
Saldo em 31/12/2010 e 2009	16.729.692,92	33.673.590,78

NOTA 12 - CONCESSÃO DE USO

a) Concessão de Direito Real de Uso, para instalação de Terminal Público de Uso Privativo Misto: Foi celebrado contrato com a PETROBRAS, relativo à área no Porto de Barra do Riacho, pertencente à CODESA, abrangendo o período de 02/10/2008 a 30/09/2033, visando atender ao PLANGAS - Plano de Antecipação da Produção Nacional de Gás Natural, instituído pelo Governo Federal, para escoamento de gás liquefeito de petróleo e gasolina natural, conforme contrato constante do processo administrativo de nº 3453/2007, abaixo descrito:

O direito de **USO DA INFRAESTRUTURA** com remuneração no valor de R\$ 40.000.000,00, pago antecipadamente, não reembolsável em caso de denúncia contratual motivada, por parte da empresa, foi contabilizado, em 2009, no Passivo Não Circulante, sendo reconhecido 1/300 mensalmente o valor de R\$ 133.333,33; mais 12 (doze) parcelas de R\$ 121.129,70 cada;

O direito de **USO DA ÁREA** concedida, com remuneração no valor de R\$ 10.000.000,00, pago antecipadamente, não reembolsável em caso de denúncia contratual motivada, por parte da empresa, foi contabilizado, em 2009, no Passivo Não Circulante, sendo reconhecido 1/300 mensalmente o valor de R\$ 33.333,00; mais 12 (doze) parcelas de R\$ 353.218,07 cada; totalizando, em 2010, uma receita oriunda da PETROBRAS, no valor de R\$ 9.249.098,54, contabilizado diretamente na rubrica de Receita Patrimonial e concessão de uso de área;

NOTA 13 - CRÉDITOS DE ACIONISTAS PARA AUMENTO DE CAPITAL

No decorrer do exercício de 2010, foi atualizado pelo juros Selic o saldo remanescente pertencente a União Federal, e o governo do Estado do Espírito Santo, após o aumento de capital, conforme demonstrado abaixo:

•União Federal	R\$ 1.053.743,18
•Governo do E.E.Santo.....	R\$ 1.129.705,98

A referida atualização do saldo remanescente é para cumprimento ao Decreto nº. 2.673/98, que determina atualização dos valores repassados destinados ao aumento de capital social, que, enquanto não capitalizado, fica registrado na rubrica Crédito Para Aumento de Capital, no Patrimônio Líquido da Companhia.

NOTA 14 - CAPITAL SOCIAL

Em cumprimento ao Decreto Presidencial, 6818 de 09/04/2009 e Decreto de 07 de dezembro 2009, a Assembléa Geral de Acionistas, em reunião extraordinária, realizada em 17 de junho de 2010, homologou o aumento do Capital Social da CODESA, que passou de R\$ 137.431.177,29 para R\$ 164.192.676,35, correspondendo a 837.426.348, ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencentes aos acionistas domiciliados no país, conforme demonstrado abaixo:

ACIONISTAS	R\$	% DE PARTIC.	QUANTIDADE COTAS
-GOVERNO UNIÃO	159.412.371,54	99,45367	603.997.566
-GOV. EST. DO E.S.	4.779.793,56	0,54632	3.317.864
-RIOINVEST CONS EMP.PART LTDA	511,25	0,00001	59
-TOTAL	164.192.676,35	100,0000	607.315.489

NOTA 15 - RESULTADO DO EXERCÍCIO

A Companhia, no resultado do exercício de 2010, apresentou lucro no montante de R\$ 2.955.739,29, que decorreu fundamentalmente do bom desempenho durante o período.

NOTA 16 - COMPENSADO

Encontra-se registrado, em conta específica, o valor de R\$ 204.271,61, referente à Tomada de Contas Especial, que tem por objeto a apuração de responsabilidade por danos causados ao Erário Público, por empregados ou equiparados.

NOTA 17 - SEGURO DE BENS

A Companhia contratou seguro com a empresa MAPFRE BRASIL SEGUROS em 25/10/2010, com valor do prêmio líquido em R\$ 345.619,75, mais custo da apólice de R\$ 4.380,25, totalizando R\$ 350.000,00, com valor em risco de R\$ 80.142.569,78, conforme discriminação abaixo dos locais de riscos e valores individuais:

01 - Armazéns:01, 02, 03, 05 e 04, inclusive do NOA Alfândega e antiga GDK e o anexo entre os Armazéns 04 e 05;
02 - Escritórios: terreno do prédio 03, prédios 03, 04, 05, instalações ocupadas pela COSERV, Polícia Federal e portárias localizadas na Avenida Getúlio Vargas, 556 - Centro. **Valor do Risco R\$ 9.220.289,17**;
03 - Ilha do Príncipe. **Valor do Risco: R\$ 960.920,62**
04 - Escritórios da Administração Central, Instalação da Antiga Marinharia, Posto de Vigilância Agropecuária e Complexo Administrativo, Cais de Capuaba, **Valor do Risco R\$ 3.939.643,33**;
05 - Terminal de Cereais - Cais de Capuaba
Cais de Capuaba- Ilha da Flores. **Valor do risco R\$ 10.358.530,46**;
Silo Vertical - **Valor do risco R\$ 32.673.062,30**;
Armazém Horizontal - **Valor do Risco R\$ 8.430.000,00**;
Sistema de Transporte de Grãos - **Valor do Risco R\$ 14.560.123,90**;
Nota: a Apólice de nº 0096/109/1400/0000008/01, condições gerais-Riscos Nomeados-V12-processo SUSEP Nº 15414.004408/2005-89.
Nota: Sendo que o Limite Máximo indenizado por danos materiais é de R\$ 69.961.359,99, conforme apólice.

NOTA 18 - PLANO DE PENSÃO

A Companhia é uma das patrocinadoras do Instituto de Seguridade Social - **PORTUS**, entidade fechada de previdência privada, fiscalizada pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social, juntamente com outras empresas do sistema portuário nacional, contemplando plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios a funcionários. Atendendo orientação do Ministério da Previdência Social - MPS, no sentido de que fossem adotadas providências com a finalidade de equacionar a situação patrimonial do **PORTUS**, as patrocinadoras e o próprio **PORTUS**, em conjunto com as Entidades Representativas - Federação Nacional dos Portuários e União Nacional das Associações dos Participantes do **PORTUS**, constituiram um grupo de trabalho paritário.

Para assessorar o grupo de trabalho e avaliação atuarial, foi contratada, pelo **PORTUS**, a empresa de consultoria GlobalPrev Consultores Associados Ltda em exercícios anteriores.

O **PORTUS** encaminhou às Patrocinadoras, para apreciação e aprovação, as propostas elaboradas pelo grupo, os estudos sugerem a implementação por todas as Patrocinadoras, com a devida anuência do Governo Federal, das seguintes medidas:

- . Saldamento do Atual Plano de Benefícios;
 - . Criação de um novo Plano de Benefícios para os participantes ativos;
 - . Reavaliação dos Investimentos e
 - . Novo modelo de Gestão da Entidade **PORTUS**.
- Após as ações acima citada foi contratada a empresa CESAT-Consultoria Estatístico-Atuarial, que anualmente emite relatórios e parecer atuarial após dados apresentados pelo **PORTUS**, aplicando testes de consistência, visando exclusivamente a detecção de casos incomuns ou de variações em relação a informações adotadas na avaliação atuarial, que no balancete de encerramento relativo ao exercício de 2010 do Plano PBP1, demonstra para a CODESA Passivo Atuarial no valor de R\$ 100.322.777,57, conforme abaixo:

Discriminação	Valores
Dívida de Contribuições Normais	R\$ 31.701.635,56
Dívida de Contribuições Extraord.	R\$ 12.339.188,88
Déficit	R\$ 56.281.953,13
Total	R\$ 100.322.777,57

Em face da complexidade do PBP1, estudos mais detalhados serão desenvolvidos para o equacionamento atuarial do Plano, devendo sofrer variações nos valores, em virtude da revisão dos dados estatísticos da massa de participantes e de beneficiários, bem como da análise que está sendo processada quanto à parcela do Ativo Patrimonial do Plano.

Diante do resultado deficitário apresentado, que é corrigido pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA-IBGE e do Crescimento Real de Salário, a Companhia optou por não registrar nas Demonstrações Contábeis os valores apresentados pelo **PORTUS**, tendo em vista que não reconhece tais dívidas e está tomando providências para contestar os cálculos.

NOTA 19 - MAIOR/MENOR REMUNERAÇÃO

Na forma do item 4, alínea "c", da Exposição de Motivos nº 139 do Ministério da Fazenda, de 17/03/1988, apresentamos a remuneração mensal dos empregados e dirigentes desta Companhia, com base em dezembro de 2010:

DESCRIÇÃO	MAIOR R\$	MENOR R\$
Diretores...	20.000,00	18.000,00
Empregados...	13.053,36	1.161,81

NOTA 20 - EVENTOS SUBSEQUENTES

a) A CODESA pretende dar continuidade ao Programa de Arrendamento de Áreas e Instalações - PROARI, sempre que julgar necessária a realização de licitação dessa natureza e após a realização de estudos que comprovem a legalidade, conveniência e viabilidade do negócio, estando em andamento às seguintes análises:

ÁREA/INSTALAÇÃO	PROCESSO	SITUAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
RHODES	8.088/2009	Licitação para contratação do EVTEA realizada. Empresa: DTA ENGENHARIA. Contrato em elaboração/publicação. Licença ambiental vigente (TAC).	ASSECS 05/01/2011
BARRA DO RIACHO	3.912/2008	COMAMB iniciará procedimento para obtenção da licença ambiental. Fazer reunião com a COMAMB para definir áreas e atividades a serem consideradas para a licença ambiental. Marcada reunião da CELPA para avaliação do EVTEA e submeter à DIREXE. CELPA está verificando com ANTAQ quanto à inclusão de Barra do Riacho no Programa de Arrendamento.	DIRPRE 29/12/2010
NASCON	3.423/2010	Encaminhar à NASCON planta delimitadora da área da construção do berço e pátios nos Dolphins do Atalaia, para compatibilização com a área proposta a ser arrendada para o Terminal de Granéis Líquidos (EVTEA NASCON). Necessidade de inclusão da instalação da NASCON no PDZP, item sob apreciação do CAP. Licença ambiental vigente (LO).	SUPGER 09/12/2010
CAIS DE PAUL	5.273/2004	EVTEA contratado à empresa EMBRAVAL Soluções em Engenharia Ltda. A EMBRAVAL solicitou prorrogação do prazo do contrato. Processo sob análise da COJURI. Licença ambiental vigente. (LAR 224/2010).	SUPGER 04/01/2011
POLIMODAL	4.633/2008	Enquadrar o EVTEA para arrendamento da área ocupada pela POLIMODAL ao sistema da ANTAQ, haja vista que o referido estudo foi concluído anteriormente à resolução da ANTAQ que instituiu o sistema informatizado obrigatório para a elaboração e apresentação de EVTEA. Licença ambiental vigente.	CELPA 06/12/2010
FLEXIBRÁS	2.956/2007	Aguardando definição da ANTAQ quanto ao modo de exploração da área: se operacional ou industrial, para o andamento dos trabalhos de arrendamento (CA/DIRPRE/AB/0157 de 07/07/2010). A SUPGER Solicitou ao DIRPRE reiteração da CA DIRPRE diante da não manifestação da ANTAQ.	SUPGER 04/01/2011
RETROÁREA	2.709/2006 3.119/2010	Conforme orientação da DIREXE, a CELPA com o auxílio da COPLAD está elaborando novo EVTEA. A CELPA propôs à DIREXE rearranjo das áreas para arrendamento, em virtude do projeto de adequação viária da retroárea, elaborado pela COENGE. Licença ambiental vigente (LO 003/2007 renovada).	ASSTEC 05/04/2010 CELPA 03/01/2011
TCC CAPUABA	5206/2007	EVTEA entregue pela empresa EMBRAVAL. Solicitado pela fiscalização ajustes no estudo. Elaborado aditivo contratual para a inserção dos dados pela EMBRAVAL no sistema EVTEA da ANTAQ. Licença ambiental vigente (TAC).	SUPGER 11/11/2010
TGL SÃO TORQUATO	1.265/2003	EVTEA entregue pela empresa EMBRAVAL. Solicitado pela fiscalização ajustes no estudo. Elaborado aditivo contratual para a inserção dos dados pela EMBRAVAL no sistema EVTEA da ANTAQ. Estudo realizado não identificou passivo ambiental. COMAMB iniciará procedimento para obtenção da licença ambiental.	SEGPRE 11/11/2010

NOTA 21 - ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS INTERNACIONAIS (IFRS) CONTÁBEIS E REFLEXOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A CODESA sempre buscou atender as práticas contábeis adotadas no Brasil e inclusive com ênfase aos CPC's editados, no entanto, face ao grau de complexidade na aplicação de certos itens das normas, a CODESA pretende atendê-los de forma fidedigna no decorrer do exercício de 2011.

CPC 01 - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS - A CODESA está viabilizando a contratação de empresa especializada para efetuar o teste de *impairment* neste primeiro semestre de 2011. Somente após a realização deste trabalho é que poderemos proceder aos registros necessários à adequação das normas.

CPC 03 (R2) - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Desde a vigência da Lei 11.638/07 a CODESA tem adotado essa demonstração.

CPC 04 - ATIVO INTANGÍVEL - A CODESA está em fase de estudo e avaliação dos valores registrados nesse grupo, que foi observado parcialmente, sendo que os reflexos dos mesmos só serão reconhecidos na íntegra ao final desse trabalho.

CPC 16 - ESTOQUES - Os estoques estão registrados pelo seu valor original, deduzidos da perda provável na realização.

CPC 25 - PROVISÕES, PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES - As provisões não estão em conformidade a esse pronunciamento, conforme nota explicativa 11, considerando que a Companhia está fazendo estudo e detalhado dimensionamento do passivo judicial, em trâmite na Justiça do Trabalho e Comum Estadual.

CPC 26 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Estamos iniciando os processos para observação e adequação às normas internacionais deste pronunciamento, apresentando o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado, Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa.

CPC 27 - ATIVO IMOBILIZADO - Conforme mencionado no CPC 01, após diagnóstico do trabalho realizado, é que poderemos efetuar os ajustes se necessários para observação desta norma.

CPC 33 - BENEFÍCIO A EMPREGADOS - A CODESA é patrocinadora no Plano de Benefício **PORTUS** 1- PBP1, conforme mencionado nas Notas 9 e 18, sendo que a dívida com Plano a respeito das contribuições normais, extraordinárias e do déficit no montante de R\$ 100.322.777,57 em 31/12/2010 não foi reconhecida conforme estabelece este CPC, tendo em vista que a Companhia contesta a dívida.

NOTA 22 - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ABRANGENTE

A entidade não apresentou em suas operações e portanto não reconheceu quaisquer componentes de outros resultados ou resultados abrangentes no período findo em 31/12/2010, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total.

Vitória (ES), 31 de dezembro de 2010.

ANGELO JOSÉ DE CARVALHO BAPTISTA
DIRETOR PRESIDENTE

HUGO JOSÉ AMBOSS MERÇON DE LIMA
DIRETOR DE INFRAESTRUTURA E OPERAÇÕES

SANDRA SARMENTO ARAGÃO PELISSARI
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DANILO ROGER MARÇAL QUEIROZ
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

ELI BATISTA DE ARAUJO PIROLA
COORDENAÇÃO CONTÁBIL E FISCAL
CONTADORA - CRC/ES - 5764/O

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Acionistas da
COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA
Vitória - ES

Examinamos as demonstrações financeiras da **COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva das demonstrações financeiras

A Companhia não constitui provisão para perdas com clientes, sendo que tem registrado em sua contabilidade o montante de R\$12.209.684,54 dos quais R\$7.941.675,34 referem-se a exercícios anteriores.

Os controles internos mantidos pela Companhia em relação aos depósitos judiciais no montante de R\$44.378.140,26 e a provisão para ações cíveis no montante de R\$16.729.693,39 em 31/12/2010, estão em análise pela CODESA, em virtude disso impossibilitou a realização de determinados procedimentos de auditoria, e consequentemente de opinar a respeito do saldo das contas.

As notas explicativas "09" e "18", divulgam a participação da Companhia como patrocinadora do plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios a funcionários, através do PORTUS - Instituto de Seguridade Social. O Parecer do Atuário contratado pela PORTUS, emitido em 24 de fevereiro de 2011, demonstra um Passivo Atuarial de R\$100.322.777,57 em 31/12/2010, sendo que a Companhia optou em não reconhecer na contabilidade, e está tomando providências para constestar os cálculos apresentados pelo Atuário.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 21, a CODESA está em processo de adequação às Normas Internacionais, entretanto, em virtude da complexidade dos procedimentos a serem observados a Companhia planeja estrategicamente a observação com total fidedignidade das normas internacionais aplicáveis às demonstrações contábeis, os quais podem gerar efeitos a serem ajustados nos exercícios subsequentes.

Não obtivemos resposta da circularização das instituições financeiras e dos assessores jurídicos, fato que limitou a aplicação dos procedimentos de auditoria.

Opinião

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA** em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados e conteve as modificações sobre os depósitos judiciais e o passivo atuarial da PORTUS, emitido em 03 de março de 2010.

Vitória, 25 de fevereiro de 2011

TGB - AUDITORES E CONSULTORES S/S
CRC - RS 3622/0-0 - "S" -ES
ROSANGELA PEREIRA PEIXOTO
Contadora 1CRC/RS - 65.932/0-7 - "S" - ES
Responsável Técnica

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Contábeis da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, de emissão da empresa TGB - Auditores e Consultores S/S, de 25 de fevereiro de 2011, é de opinião que os referidos documentos refletem a situação patrimonial e econômico-financeira da CODESA, em 31 de dezembro de 2010, com as ressalvas constantes no título "Base para opinião com ressalva das demonstrações financeiras" do Relatório dos Auditores Independentes, os quais estão em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas.

Vitória, 03 de março de 2011

JORGE ERNESTO SANCHEZ RUIZ
Presidente

GEORGENOR CAVALCANTE PINTO
Conselheiro

CINTHIA DE FÁTIMA ROCHA
Conselheira

MARCOS ANTÔNIO BRAGATTO
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA, cumprindo o disposto no inciso V, art. 142 da Lei nº. 6.404/76, tendo examinado o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, e com base no Parecer dos Auditores Independentes, com abstenção do Conselheiro Angelo José de Carvalho Baptista, Diretor-Presidente da Companhia, resolve manifestar-se favoravelmente à aprovação dos mesmos, recomendando seu encaminhamento à Assembleia Geral de Acionistas.

Vitória, 03 de março de 2011.

JOSÉ RICARDO RUSCHEL DOS SANTOS
Presidente

ARMANDO ANTÔNIO DE AMORIM
Membro

RAULINO GONÇALVES FILHO
Membro

ELIO BAHIA SOUZA
Membro

ROBERTO HERNANDES
Membro

GERALDO JULIÃO JÚNIOR
Membro